

ROGÉRIO GRECO



CURSO DE

DIREITO PENAL

PARTE GERAL

22ª edição

Revista, ampliada e atualizada
até 1º de janeiro de 2020

**ARTIGOS 1º A 120
DO CÓDIGO PENAL**

**VOLUME
1**



Niterói, RJ
2020

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Notas Preliminares	1
1. Introdução	1
2. Finalidade do Direito Penal	2
3. A seleção dos bens jurídico-penais	4
4. Códigos Penais do Brasil	5
5. Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo	7
6. Modelo penal garantista de Luigi Ferrajoli	8
6.1. Garantismo hiperbólico e monocular versus garantismo integral	10
6.2. Dez axiomas do garantismo penal	12
7. Privatização do Direito Penal	13
8. O Direito Penal Moderno	14
 Capítulo 2 – Evolução Histórica do Direito Penal e Escolas Penais	 15
1. Introdução	15
1.1. Vingança privada	16
1.2. Vingança divina	17
1.3. Vingança pública	18
2. Direito Penal na Grécia Antiga. Direito Penal Romano. Direito Penal Germânico. Direito Penal Canônico	19
2.1. Direito Penal na Grécia Antiga	19
2.2. Direito Penal romano	19
2.3. Direito Penal germânico	21
2.4. Direito Penal canônico	22
3. Período Humanitário	23
3.1. A importância da obra de Beccaria	25
3.2. John Howard e a reforma penitenciária	32
3.3. Jeremy Bentham e sua influência no sistema penitenciário	36
4. Período Criminológico	39
5. Escolas Penais	43
5.1. Introdução	43
5.2. Escola Clássica	49

5.3.	Escola Positiva.....	52
5.4.	Outras Escolas	55
5.4.1.	Terceira Escola (Terza Scuola).....	55
5.4.2.	Escola Moderna alemã.....	56
5.4.3.	Escola Técnico-Jurídica.....	57
5.4.4.	Escola Correccionalista.....	57
5.4.5.	Escola da Nova Defesa Social.....	58
Capítulo 3 – Fontes do Direito Penal		61
1.	Conceito	61
2.	Espécies	61
Capítulo 4 – Da Norma Penal.....		65
1.	Introdução	65
2.	Teoria de Binding.....	65
3.	Classificação das normas penais.....	67
3.1.	Normas penais incriminadoras e normas penais não incriminadoras.....	67
3.2.	Normas penais em branco (primariamente remetidas)	68
3.2.1.	Ofensa ao princípio da legalidade pelas normas penais em branco heterogêneas.....	71
3.3.	Normas penais incompletas ou imperfeitas (secundariamente remetidas).....	73
4.	Anomia e antinomia.....	74
5.	Concurso (ou conflito) aparente de normas penais	75
5.1.	Princípio da especialidade	76
5.2.	Princípio da subsidiariedade	76
5.3.	Princípio da consunção	78
5.3.1.	Crime progressivo e progressão criminosa	80
5.4.	Princípio da alternatividade.....	81
Capítulo 5 – Interpretação e Integração da Lei Penal		83
1.	Introdução	83
2.	Espécies de interpretação	83
3.	Interpretação analógica	91
4.	Interpretação conforme a Constituição	92
5.	Dúvidas em matéria de interpretação	93
6.	Analogia	94
6.1.	Juiz como legislador positivo e como legislador negativo.....	96
Capítulo 6 – Princípio da Intervenção Mínima		97
Capítulo 7 – Princípio da Lesividade.....		101
Capítulo 8 – Princípio da Adequação Social.....		105

Capítulo 9 – Princípio da Fragmentariedade	109
Capítulo 10 – Princípio da Insignificância.....	111
1. Introdução	111
2. Tipicidade penal.....	113
3. Rejeição ao princípio da insignificância.....	114
Capítulo 11 – Princípio da Individualização da Pena	119
1. Fases da individualização da pena	119
2. Individualização da pena e a Lei nº 8.072/90	121
Capítulo 12 – Princípio da Proporcionalidade	125
1. Introdução	125
2. Proibição de excesso e Proibição de proteção deficiente	127
Capítulo 13 – Princípio da Responsabilidade Pessoal.....	129
Capítulo 14 – Princípio da Limitação das Penas.....	133
1. Introdução	133
2. Penas de morte e de caráter perpétuo.....	134
3. Pena de trabalhos forçados	135
4. Pena de banimento.....	136
5. Penas cruéis	136
Capítulo 15 – Princípio da Culpabilidade	139
Capítulo 16 – Princípio da Legalidade	143
1. O Estado de Direito e o princípio da legalidade	143
2. Introdução ao princípio da legalidade penal	144
3. Funções do princípio da legalidade	146
4. Legalidade formal e legalidade material	148
5. Vigência e validade da lei	149
6. Termo inicial de aplicação da lei penal.....	150
7. Medidas provisórias regulando matérias penais	152
8. Diferença entre princípio da legalidade e princípio da reserva legal	155
Capítulo 17 – Princípio da Extra-atividade da Lei Penal	157
1. Introdução	157
2. Tempo do crime.....	158

3. Extra-atividade da lei penal – Espécies.....	159
4. <i>Novatio legis in melius</i> e <i>novatio legis in pejus</i>	160
4.1. Aplicação da <i>novatio legis in pejus</i> nos crimes permanentes e continuados....	161
5. <i>Abolitio criminis</i>	162
5.1. Efeitos da <i>abolitio criminis</i>	162
5.2. <i>Abolitio criminis temporalis</i>	163
5.3. Princípio da continuidade normativo-típica.....	165
6. Sucessão de leis no tempo.....	167
6.1. Lei intermediária.....	167
6.2. Sucessão de leis temporárias ou excepcionais.....	167
6.3. Sucessão de complementos da norma penal em branco.....	170
7. Combinação de Leis.....	171
8. Competência para aplicação da <i>lex mitior</i>	173
9. Apuração da maior benignidade da lei.....	174
10. Irretroatividade da <i>lex gravior</i> e medidas de segurança.....	175
11. Aplicação da <i>lex mitior</i> durante o período de <i>vacatio legis</i>	175
12. <i>Vacatio legis</i> indireta.....	176
13. A retroatividade da jurisprudência.....	178

Capítulo 18 – Princípio da Territorialidade..... 181

1. Lugar do crime.....	181
2. Territorialidade.....	182

Capítulo 19 – Princípio da Extraterritorialidade..... 185

Capítulo 20 – Disposições sobre a Aplicação da Lei Penal..... 189

1. Eficácia da sentença estrangeira.....	189
2. Contagem de prazo.....	190
3. Frações não computáveis na pena.....	191
4. Legislação especial.....	192

Capítulo 21 – Conceito e Evolução da Teoria do Crime..... 193

1. Noções fundamentais.....	193
2. Infração penal.....	195
3. Diferença entre crime e contravenção.....	196
4. Ilícito penal e ilícito civil.....	198
5. Conceito de crime.....	199
6. Conceito analítico de crime.....	201
7. Conceito de crime adotado por Damásio, Dotti, Mirabete e Delmanto.....	204
8. Dogmática do delito.....	205

Capítulo 22 – Classificação Doutrinária das Infrações Penais..... 207

1. Classificação doutrinária das infrações penais.....	207
1.1. Crimes e contravenções penais.....	207
1.2. Crimes comissivos, crimes omissos (próprios e impróprios) e crimes de conduta mista.....	208
1.3. Crime consumado e crime tentado	210
1.4. Crimes de ação pública e crimes de ação privada.....	211
1.5. Crimes dolosos e crimes culposos.....	212
1.6. Crime impossível e crime putativo.....	213
1.7. Crime material, crime formal e crime de mera conduta	214
1.8. Crime comum, crime próprio e crime de mão própria.....	215
1.9. Crimes hediondos.....	217
1.10. Crimes militares próprios e Impróprios	221
1.11. Crimes qualificados pelo resultado (crimes preterdolosos ou preterintencionais)	221
1.12. Crime continuado	223
1.13. Crimes multitudinários	224
1.14. Crimes de dano e crimes de perigo (abstrato e concreto)	225
1.15. Crimes simples e crimes complexos.....	227
1.16. Crimes qualificados e crimes privilegiados.....	228
1.17. Crime de bagatela	229
1.18. Crime falho	230
1.19. Crimes instantâneos, crimes permanentes e crimes instantâneos de efeitos permanentes	230
1.20. Crime a prazo.....	231
1.21. Delitos de intenção: crimes de resultado cortado e crimes mutilados de dois atos.....	232
1.22. Crimes comuns, crimes políticos e crimes de opinião.....	232
1.23. Crimes a distância, crimes plurilocais e crimes em trânsito.....	234
1.24. Crimes habituais.....	235
1.25. Crimes principais e crimes acessórios.....	236
1.26. Infrações penais de menor potencial ofensivo.....	236
1.27. Crimes monossubjetivos e crimes plurissubjetivos.....	238
1.28. Crimes uniofensivos e crimes pluriofensivos	239
1.29. Crimes de subjetividade passiva única e crimes de subjetividade passiva dupla.....	239
1.30. Crime de ímpeto.....	239
1.31. Crime progressivo	239
1.32. Crimes exauridos	240
1.33. Crimes de atentado ou de empreendimento.....	240
1.34. Crimes vagos.....	241
1.35. Crimes ambientais.....	241
1.36. Crimes unissubsistentes (ou monossubsistentes) e crimes plurissubsistentes	242
1.37. Crimes transeuntes e crimes não transeuntes	242
1.38. Crimes conexos	242

1.39.	Crimes falimentares.....	243
1.40.	Crimes de responsabilidade.....	243
1.41.	Crimes subsidiários.....	244
1.42.	Crimes funcionais.....	245
1.43.	Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado.....	246
1.44.	Crimes de forma livre e crimes de forma vinculada.....	247
1.45.	Crimes de ensaio ou de experiência (flagrante preparado ou provocado).....	248
1.46.	Crimes remetidos.....	248
1.47.	Crimes aberrantes.....	249
1.48.	Crimes internacionais.....	250
1.49.	Crimes emergentes.....	250
1.50.	Crimes condicionados e crimes incondicionados.....	250
1.51.	Crimes de trânsito.....	251
1.52.	Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo.....	251

Capítulo 23 – Conduta..... 253

1.	Conduta.....	253
2.	Conceito de ação – Causal, final e social.....	254
3.	Condutas dolosas e culposas.....	256
4.	Condutas comissivas e omissivas.....	257
5.	Ausência de conduta.....	258
6.	Fases de realização da ação.....	260

Capítulo 24 – Tipo Penal..... 263

1.	Conceito.....	263
2.	Tipicidade penal = Tipicidade formal + Tipicidade conglobante	264
3.	Adequação típica	268
4.	Fases da evolução do tipo	270
5.	Teoria dos elementos negativos do tipo	272
6.	Injusto penal (injusto típico).....	273
7.	Tipo básico e tipos derivados.....	274
8.	Tipos normais e tipos anormais	274
9.	Tipos fechados e tipos abertos.....	275
10.	Tipos congruentes e tipos incongruentes.....	276
11.	Tipo simples e tipo misto.....	276
12.	Tipo complexo	279
13.	Elementares.....	279
14.	Elementos que integram o tipo	280
15.	Elementos específicos dos tipos penais.....	282
16.	Funções do tipo.....	291

Capítulo 25 – Tipo Doloso	293
1. Dispositivo legal	293
2. Conceito de dolo	293
3. O dolo no Código Penal	296
4. Teorias do dolo	296
5. Teorias adotadas pelo Código Penal	298
6. Espécies de dolo	298
7. Dolo geral (hipótese de erro sucessivo)	301
8. Dolo genérico e dolo específico	302
9. Dolo normativo (<i>dolus malus</i>)	303
10. Dolo subsequente (<i>dolus subsequens</i>)	303
11. Dolo de propósito e dolo de ímpeto	304
12. Ausência de dolo em virtude de erro de tipo	304
13. Dolo e crime de perigo	305
14. Dolo eventual e teoria da cegueira deliberada (cegueira intencional ou <i>willful blindness</i> , do mundo anglo-saxão)	306
Capítulo 26 – Tipo Culposo	309
1. Dispositivo legal	309
2. Conceito e elementos do delito culposo	309
3. Imprudência, imperícia e negligência	316
4. Crime culposo e tipo aberto	318
5. Culpa consciente e culpa inconsciente	319
6. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual	319
6.1. Dolo eventual ou culpa consciente nos delitos praticados na direção de veículos automotores	320
7. Culpa imprópria	325
8. Compensação e concorrência de culpas	326
9. Excepcionalidade do crime culposo	327
10. Culpa presumida	327
11. Tentativa nos delitos culposos	327
12. Princípio da confiança e crimes culposos	328
Capítulo 27 – Relação de Causalidade	331
1. Dispositivo legal	331
2. Relação de causalidade	331
3. Do resultado de que trata o caput do art. 13 do Código Penal	332
4. Teorias sobre a relação de causalidade	333
5. Regressão em busca das causas do resultado	336

6. Processo hipotético de eliminação	336
7. Ocorrência do resultado	338
8. Espécies de causas	338
8.1. Causa absolutamente independente	339
8.2. Causa relativamente independente.....	341
9. Omissão como causa do resultado	345
10. Ação esperada	346
11. Crimes omissivos próprios e impróprios.....	347
12. Relevância da omissão	350
13. A posição de garantidor.....	352
13.1. Cominação de pena diferenciada ao garantidor	354
14. Crimes omissivos por comissão	355
15. Teoria da imputação objetiva	355

Capítulo 28 – Consumação e Tentativa 367

1. Dispositivo legal	367
2. <i>Iter criminis</i>	367
3. Consumação.....	368
4. Não punibilidade da cogitação e dos atos preparatórios	369
5. Diferença entre atos preparatórios e atos de execução	370
6. Dúvida se o ato é preparatório ou de execução	373
7. Tentativa e adequação típica de subordinação mediata	373
8. Elementos que caracterizam o crime tentado.....	374
9. Tentativa perfeita e imperfeita	375
10. Tentativa e contravenção penal	376
11. Crimes que não admitem a tentativa	376
12. Tentativa e crime complexo.....	378
13. Tentativa branca	381
14. Teorias sobre a punibilidade do crime tentado	381
15. Punição da tentativa como delito autônomo	382
16. Tentativa e aplicação da pena	383
17. Tentativa e dolo eventual.....	383

Capítulo 29 – Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz 389

1. Dispositivo legal	389
2. Desistência voluntária	389
2.1. Introdução	389
2.2. Desistência voluntária e política criminal	390
2.3. A desistência deve ser voluntária, e não espontânea	390
2.4. Fórmula de Frank	391

2.5. Responsabilidade do agente somente pelos atos já praticados.....	393
2.6. Agente que possui um único projétil em seu revólver.....	393
3. Arrependimento eficaz.....	394
4. Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	394
5. Diferença entre desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	395
6. Não impedimento da produção do resultado.....	395

Capítulo 30 – Arrependimento Posterior 397

1. Dispositivo legal	397
2. Natureza jurídica	397
3. Política criminal.....	397
4. Momentos para a reparação do dano ou restituição da coisa	398
5. Infrações penais que possibilitam a aplicação do arrependimento posterior	398
6. Ato voluntário do agente	399
7. Reparação ou restituição total, e não parcial.....	400
8. Extensão da redução aos coautores.....	402
9. Cooperação dolosamente distinta e arrependimento posterior	403
10. Diferença entre arrependimento posterior e arrependimento eficaz.....	404
11. A Súmula nº 554 do STF.....	404
12. Reparação do dano após o recebimento da denúncia.....	406
13. Reparação dos danos e a Lei nº 9.099/95	406
14. Arrependimento posterior e crime culposos.....	407
15. Aplicação mais benéfica ao agente.....	407

Capítulo 31 – Crime Impossível..... 409

1. Dispositivo legal	409
2. Introdução	409
3. Teorias sobre o crime impossível	409
4. Absoluta ineficácia do meio	410
5. Meio relativamente ineficaz	411
6. Absoluta impropriedade do objeto	412
7. Objeto relativamente impróprio	412
8. O crime impossível e a Súmula nº 145 do STF.....	413
9. Diferença entre crime impossível e crime putativo	414

Capítulo 32 – Agravação pelo Resultado..... 415

1. Dispositivo legal	415
2. Inovação das disposições contidas no art. 19 do Código Penal	415
3. Crimes qualificados pelo resultado.....	416

4. Finalidade do art. 19 do código penal.....	417
5. Crítica aos crimes preterdolosos	418

Capítulo 33 – Erro de Tipo 419

1. Dispositivo legal	419
2. Conceito de erro e sua distinção da ignorância	419
3. Erro de tipo.....	420
4. Consequências do erro de tipo.....	421
5. Erro de tipo essencial e erro accidental	423
6. Descriminantes putativas.....	425
6.1. Efeitos das discriminações putativas.....	427
6.2. Hipóteses de erro nas discriminações putativas	428
7. As discriminações putativas e as teorias extremada (estricta) e limitada da culpabilidade	429
8. Teoria da culpabilidade que remete às consequências jurídicas.....	431
9. Delito putativo por erro de tipo.....	432
10. Erro de subsunção.....	432

Capítulo 34 – Ilicitude 433

1. Conceito	433
2. Ilicitude formal e material	434
3. A ilicitude no conceito analítico de crime	435
4. Causas de exclusão da ilicitude.....	436
5. Elementos objetivos e subjetivos nas causas de exclusão da ilicitude.....	437
6. Causas legais de exclusão da ilicitude.....	439
7. Estado de necessidade.....	440
7.1. Conceito – Elementos.....	440
7.2. Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante.....	442
7.3. Prática de fato para salvar de perigo atual.....	444
7.4. Perigo provocado pelo agente	445
7.5. Evitabilidade do dano	446
7.6. Estado de necessidade próprio e de terceiros.....	448
7.7. Razoabilidade do sacrifício do bem	449
7.8. Dever legal de enfrentar o perigo	451
7.9. Estado de necessidade defensivo e agressivo.....	452
7.10. Elemento subjetivo no estado de necessidade.....	453
7.11. Excesso no estado de necessidade	454
7.12. Aberratio e estado de necessidade	454
7.13. Estado de necessidade putativo	455
7.14. Estado de necessidade e dificuldades econômicas	455
7.15. Efeitos civis do estado de necessidade	457
8. Legítima defesa.....	460

8.1.	Conceito e finalidade	460
8.2.	Bens amparados pela legítima defesa	462
8.3.	Espécies de legítima defesa	463
8.4.	Injusta agressão	464
8.5.	Diferença entre agressão injusta e provocação injusta	466
8.5.1.	Provocação para criação de situação de legítima defesa	468
8.6.	Meios necessários	468
8.7.	Moderação no uso dos meios necessários	470
8.8.	Atualidade e iminência da agressão	470
8.9.	Defesa de direito próprio ou de terceiro	473
8.10.	Agressão ou risco de agressão à vítima mantida refém durante a prática de crimes	473
8.11.	Elemento subjetivo na legítima defesa	477
8.12.	Legítima defesa e agressão de imputáveis	478
8.13.	Legítima defesa recíproca	480
8.14.	Legítima defesa putativa versus legítima defesa autêntica (real)	481
8.15.	Legítima defesa versus estado de necessidade	482
8.16.	Excesso na legítima defesa	482
8.17.	Excesso intensivo e extensivo	487
8.18.	Excesso na causa	488
8.19.	Excesso exculpante	488
8.20.	Legítima defesa sucessiva	490
8.21.	Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	490
8.22.	Ofendículos	491
8.23.	Efeitos civis da legítima defesa	492
8.24.	Forças policiais que repelem agressão injusta	492
9.	Estrito cumprimento de dever legal	493
9.1.	Conceito e requisitos	493
9.2.	O esvaziamento do estrito cumprimento de dever legal como causa de exclusão da ilicitude em face da tipicidade <i>conglobante</i>	496
10.	Exercício regular de direito	499
11.	Consentimento do ofendido – conceito, finalidades e requisitos	500

Capítulo 35 – Culpabilidade 505

1.	Conceito	505
2.	Culpabilidade e perigosidade	506
3.	Livre-arbítrio e determinismo	507
4.	Evolução histórica da culpabilidade na teoria do delito	509
4.1.	Sistema causal-naturalista de Liszt-Beling (Sistema Clássico)	510
4.2.	Teoria normativa – Sistema neoclássico – Metodologia neokantista	514
4.3.	Teoria da ação final (Sistema Finalista)	516
4.4.	Teoria social da ação	519
4.5.	Funcionalismo teleológico ou moderado (Roxin) e Funcionalismo sistêmico ou radical (Jakobs)	520
5.	Culpabilidade de ato e culpabilidade de autor	521

6. Elementos da culpabilidade na concepção finalista	523
6.1. Imputabilidade (capacidade de culpabilidade)	523
6.1.1. Denúncia oferecida em face de um inimputável e de um semi-imputável	529
6.1.2. Emoção e paixão	530
6.1.3. Embriaguez	532
6.2. Potencial consciência sobre a ilicitude do fato	535
6.2.1. Introdução	535
6.2.2. Diferença entre o desconhecimento da lei e a falta de consciência sobre a ilicitude do fato	537
6.2.3. Consciência real e consciência potencial sobre a ilicitude do fato	538
6.2.4. Espécies de erro sobre a ilicitude do fato	538
6.2.5. Erro sobre elementos normativos do tipo	541
6.2.6. Consequências do erro de proibição	541
6.2.7. Erro de proibição e delito putativo – Diferença	542
6.2.8. Erro de validade	543
6.2.9. Erro de Proibição Culturalmente Condicionado	543
6.3. Exigibilidade de conduta diversa	544
6.3.1. Conceito	544
6.3.2. Causas legais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de outra conduta	545
6.3.3. Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade	550
6.3.3.1. Objeção de consciência	551
6.3.4. Aplicação, no Júri, das causas exculpantes supraleais	553
7. Culpabilidade	554

Capítulo 36 – Concurso de Pessoas

1. Introdução	557
2. Requisitos para o concurso de pessoas	557
3. Teorias sobre o concurso de pessoas	559
4. Autoria	560
4.1. Introdução	560
4.2. Conceito restritivo de autor	561
4.3. Conceito extensivo de autor	563
4.4. Teoria do domínio do fato	564
4.5. Coautoria	566
4.6. Autoria direta e indireta	567
4.7. Autoria mediata e crimes de mão própria	569
4.8. Coautoria e crimes de mão própria	571
4.9. Autor intelectual	572
4.10. Autor de determinação	573
4.11. Autoria por convicção	574
4.12. Coautoria sucessiva	574
4.13. Autoria colateral, autoria incerta e autoria desconhecida	576
4.14. Autoria de escritório (aparatos organizados de poder)	578

5.	Participação	579
5.1.	Introdução	579
5.2.	Cumplicidade necessária	580
5.3.	Teorias sobre a participação	581
5.4.	Instigação a autores e a fatos determinados	583
5.5.	Participação punível – desistência voluntária e arrependimento eficaz do autor	583
5.6.	Arrependimento do partícipe	585
5.7.	Tentativa de participação	587
5.8.	Participação em cadeia (participação de participação)	587
5.9.	Participação sucessiva	588
5.10.	Possibilidade de participação após a consumação	588
5.11.	Participação por omissão	589
5.12.	Impunibilidade da participação	590
5.13.	Participação de menor importância	590
5.14.	Participação em crime menos grave (desvio subjetivo de conduta)	591
5.15.	Cumplicidade e favorecimento real	593
6.	Punibilidade no concurso de pessoas	595
7.	Circunstâncias comunicáveis	596
8.	Crimes multitudinários	598
9.	Concurso de pessoas em crimes omissivos	600
9.1.	Crimes omissivos próprios e impróprios – Distinção	600
9.1.1.	Coautoria em crimes omissivos (próprios e impróprios)	603
9.1.2.	Participação em crimes omissivos (próprios e impróprios)	605
10.	Concurso de pessoas em crimes culposos	606
10.1.	Introdução	606
10.2.	Coautoria em delitos culposos	607
10.3.	Participação em crimes culposos	608
	Capítulo 37 – Das Penas	611
1.	Introdução	611
2.	Origem das penas	612
3.	Finalidades das penas – Teorias absolutas e relativas	615
4.	Teoria adotada pelo art. 59 do Código Penal	617
5.	Críticas aos critérios de prevenção geral e especial	617
6.	Sistemas prisionais	619
7.	Espécies de penas	622
8.	Penas privativas de liberdade	623
8.1.	Reclusão e detenção	623
8.2.	Regimes de cumprimento de pena	624
8.3.	Fixação legal do regime inicial de cumprimento de pena	625
8.4.	A Lei nº 8.072/90 e a imposição do cumprimento inicial da pena em regime fechado nos crimes nela previstos	627
8.5.	Lei de tortura e regime inicial de cumprimento de pena	630

8.6.	Lei de Lavagem de Capitais (Lei nº 9.613/98) e fixação do regime aberto ou semiaberto nas hipóteses de delação premiada	633
8.7.	Impossibilidade de cumprimento de pena em regime mais gravoso do que o determinado na sentença penal condenatória	633
8.8.	Regras do regime fechado	636
8.8.1.	Estabelecimento penal federal de segurança máxima	638
8.9.	Regras do regime semiaberto	639
8.10.	Regras do regime aberto	640
8.11.	A remição pelo estudo nos regimes semiaberto e aberto	641
8.12.	Progressão e regressão de regime	642
8.12.1.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 7, publicado em 19 de fevereiro de 2014, sobre falta grave em execução penal	650
8.13.	Regime especial	651
8.14.	Direitos do preso	653
8.14.1.	Gestantes e mães presas	656
8.14.2.	Parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil	657
8.15.	Trabalho do preso e remição da pena	658
8.16.	Remição pelo estudo	660
8.17.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 12, publicado em 14 de maio de 2014, sobre remição	662
8.18.	Superveniência de doença mental	663
8.19.	Detração	663
8.20.	Prisão especial	666
8.21.	Prisão-albergue domiciliar	668
8.22.	Uso de algemas	671
8.23.	Monitoramento eletrônico	673
8.23.1.	Introdução	673
8.23.2.	Tecnologias de controle de primeira, segunda e terceira gerações	679
8.23.3.	Monitoramento e prisão preventiva	682
8.23.4.	Regulamentação do monitoramento	682
9.	Penas restritivas de direitos	683
9.1.	Introdução	683
9.1.1.	Possibilidade de aplicação de penas restritivas de direitos no delicto de tráfico de drogas	686
9.2.	Espécies de penas restritivas de direitos	687
9.3.	Requisitos para a substituição	688
9.4.	Duração das penas restritivas de direitos	691
9.5.	Prestação pecuniária	691
9.5.1.	Violência doméstica e familiar contra a mulher	693
9.6.	Perda de bens e valores	695
9.7.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	699
9.8.	Interdição temporária de direitos	700
9.8.1.	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo	701

9.8.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou de autorização do Poder Público	701
9.8.3.	Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	702
9.8.4.	Proibição de frequentar determinados lugares	702
9.8.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos	703
9.9.	Limitação de fim de semana.....	703
9.10.	Conversão das penas restritivas de direitos.....	704
9.11.	Execução provisória da pena restritiva de direitos.....	706
10.	Pena de multa	706
10.1.	Introdução	706
10.2.	Sistema de dias-multa	708
10.2.1.	Pena de multa na Lei nº 11,343/2006.....	709
10.3.	Aplicação da pena de multa	709
10.4.	Pagamento da pena de multa	710
10.5.	Execução da pena de multa	710
10.6.	Competência para a execução da pena de multa	713
11.	Aplicação da pena	713
11.1.	Introdução	713
11.2.	Cálculo da pena	714
11.3.	Circunstâncias judiciais	718
11.3.1.	Culpabilidade	718
11.3.2.	Antecedentes	718
11.3.3.	Conduta social	721
11.3.4.	Personalidade do agente	721
11.3.5.	Motivos	722
11.3.6.	Circunstâncias	722
11.3.7.	Consequências do crime.....	723
11.3.8.	Comportamento da vítima	724
11.3.9.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 26, publicado em 10 de dezembro de 2014, sobre aplicação da pena – circunstâncias judiciais.....	725
11.4.	Circunstâncias atenuantes e agravantes	726
11.4.1.	Circunstâncias agravantes.....	727
11.4.2.	Circunstâncias atenuantes	739
11.4.3.	Circunstâncias atenuantes inominadas.....	745
11.4.4.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	745
11.4.5.	Tribunal do júri	747
11.4.6.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, publicada na edição nº 29, sobre aplicação da pena – agravantes e atenuantes... ..	748

Capítulo 38 – Concurso de Crimes..... 749

1.	Introdução	749
2.	Concurso material ou real de crimes	750
2.1.	Introdução	750
2.2.	Requisitos e consequências do concurso material ou real	751
2.3.	Concurso material homogêneo e heterogêneo	753

2.4.	Concurso material e penas restritivas de direitos	753
3.	Concurso formal ou ideal de crimes	754
3.1.	Introdução	754
3.2.	Requisitos e consequências do concurso formal ou ideal	755
3.3.	Concurso formal homogêneo e heterogêneo	756
3.4.	Concurso formal próprio (perfeito) e impróprio (imperfeito)	757
3.5.	Concurso material benéfico	758
3.6.	Dosagem da pena	758
3.7.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 23, publicado em 29 de outubro de 2014, sobre concurso formal	759
4.	Crime continuado	760
4.1.	Introdução	760
4.2.	Natureza jurídica do crime continuado	761
4.3.	Requisitos e consequências do crime continuado	761
4.3.1.	Crimes da mesma espécie	762
4.3.2.	Condições de tempo, lugar, maneira de execução ou outras semelhantes	763
4.3.3.	Os crimes subsequentes devem ser havidos como continuação do primeiro	765
4.4.	Crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa	768
4.5.	Crime continuado simples e crime continuado qualificado	768
4.6.	Consequências do crime continuado	769
4.7.	Concurso material benéfico	769
4.8.	Dosagem da pena no crime continuado	770
4.9.	Crime continuado e <i>novatio legis in pejus</i>	771
5.	Aplicação da pena no concurso de crimes	772
6.	Multa no concurso de crimes	772
7.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, boletim nº 17, publicado em 6 de agosto de 2014, sobre Crime Continuado I	773
8.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, boletim nº 20, publicado em 17 de setembro de 2014, sobre Crime Continuado II	774

Capítulo 39 – Dos Crimes Aberrantes

1.	Introdução	777
2.	Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	778
2.1.	<i>Aberratio ictus</i> e dolo eventual	780
3.	Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	781
4.	Concurso material benéfico nas hipóteses de <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio criminis</i>	782
5.	<i>Aberratio causae</i>	783

Capítulo 40 – Limite das Penas

1.	Introdução	785
2.	Limite das penas	786

3. Tempo sobre o qual deverão ser procedidos os cálculos para a concessão dos "benefícios" legais	787
4. Condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena	789

Capítulo 41 – Suspensão Condicional da Pena

791

1. Introdução	791
2. Direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz?	792
3. Aplicação do <i>sursis</i>	792
4. Requisitos para a suspensão condicional da pena	794
5. Espécies de <i>sursis</i>	796
6. Revogação obrigatória	796
7. Revogação facultativa	798
8. Prorrogação automática do período de prova	799
9. Cumprimento das condições	799
10. Diferença entre o <i>sursis</i> e a suspensão condicional do processo	800

Capítulo 42 – Livramento Condicional.....

803

1. Introdução	803
2. Requisitos do livramento condicional	803
3. Condições para o cumprimento do livramento	811
4. Procedimento do livramento condicional.....	811
5. Necessidade de ser ouvido o Conselho Penitenciário para a concessão do livramento	813
6. Revogação do livramento condicional	815
7. Extinção da pena	817
8. Livramento condicional e execução provisória da sentença.....	817

Capítulo 43 – Dos Efeitos da Condenação

819

1. Introdução	819
2. Efeitos genéricos da condenação	820
3. Efeitos específicos da condenação	828
4. Efeitos da condenação nos crimes contra a propriedade imaterial.....	833
5. Efeitos da condenação no Delito de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	833
6. Efeitos da condenação na lei de tortura.....	833
7. Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal	834
8. Efeito da condenação na lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	835

9. Efeitos da condenação na Lei de Licitações.....	835
10. Efeitos da condenação na lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária.....	836
11. Efeitos da condenação com relação a membros do ministério público e da magistratura.....	836
12. Efeitos da condenação na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (organização criminosa).....	837
13. Identificação do perfil genético como efeito da condenação.....	837
14. Proibição de homenagem na denominação de bens públicos.....	838

Capítulo 44 – Da Reabilitação..... 839

1. Introdução.....	839
2. Aplicabilidade.....	840
3. Requisitos e competência para a análise do pedido.....	841
4. Recurso do indeferimento do pedido de reabilitação.....	841
5. Revogação da reabilitação.....	842

Capítulo 45 – Medidas de Segurança..... 843

1. Introdução.....	843
2. Espécies de medidas de segurança.....	845
3. Início do cumprimento da medida de segurança.....	846
4. Prazo de cumprimento da medida de segurança.....	847
5. Desinternação ou liberação condicional.....	850
6. Reinternação do agente.....	851
7. Medida de segurança substitutiva aplicada ao semi-imputável.....	851
8. Extinção da punibilidade e medida de segurança.....	853
9. Direitos do internado.....	853
10. Internação cautelar.....	854

Capítulo 46 – Ação Penal..... 855

1. Introdução.....	855
2. Condições da ação.....	856
2.1. Legitimidade das partes.....	856
2.2. Interesse de agir.....	857
2.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	858
2.4. Justa causa.....	859
3. Espécies de ação penal.....	860
3.1. Ação penal de iniciativa pública.....	861
3.1.1. Ação penal de iniciativa pública incondicionada.....	861
3.1.2. Ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido ou à requisição do Ministro da Justiça.....	861

3.1.3.	Princípios informadores da ação penal de iniciativa pública.....	862
3.2.	Ação penal de iniciativa privada.....	863
3.2.1.	Privada propriamente dita.....	863
3.2.2.	Privada subsidiária da pública.....	864
3.2.3.	Privada personalíssima.....	865
3.2.4.	Princípios informadores da ação penal de iniciativa privada.....	865
4.	Representação criminal ou requisição do Ministro da Justiça.....	866
5.	Ação penal no crime complexo.....	869
6.	Decadência do direito de queixa ou de representação, renúncia e perdão do ofendido.....	869
7.	Acordo de não persecução penal.....	870
Capítulo 47 – Extinção da Punibilidade.....		873
1.	Introdução.....	873
2.	Morte do agente.....	875
3.	Anistia, graça e indulto.....	877
3.1.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 139, publicado em 06 de janeiro de 2020, sobre indulto e comutação da pena.....	879
4.	Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.....	880
5.	Prescrição, decadência e perempção.....	881
6.	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada.....	884
6.1.	Renúncia ao direito de queixa.....	884
6.2.	Perdão do ofendido.....	885
7.	Retratação do agente nos casos em que a lei a admite.....	887
8.	Perdão judicial, nos casos previstos em lei.....	888
8.1.	Perdão judicial no Código de Trânsito Brasileiro.....	889
8.2.	Perdão judicial e a Lei nº 9.807/99.....	892
8.3.	Perdão Judicial e a Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013).....	895
Capítulo 48 – Prescrição.....		897
1.	Introdução.....	897
2.	Natureza jurídica da prescrição.....	898
3.	Espécies de prescrição.....	898
4.	Prescrição antes de transitar em julgado a sentença.....	899
5.	Prescrição das penas restritivas de direitos.....	900
6.	Prescrição depois de transitar em julgado a sentença penal condenatória.....	900
7.	Momento para o reconhecimento da prescrição.....	902
8.	Prescrição retroativa e superveniente (intercorrente ou subsequente).....	903
9.	Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final.....	906
10.	Termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível.....	908

11. Prescrição da multa	910
12. Redução dos prazos prescricionais	911
13. Causas suspensivas da prescrição	912
14. Causas interruptivas da prescrição	918
14.1. Recebimento da denúncia ou da queixa	919
14.1.1. Recebimento da denúncia ou queixa na nova legislação processual penal	920
14.2. Pronúncia	923
14.3. Decisão confirmatória da pronúncia	924
14.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis	925
14.5. Início ou continuação do cumprimento da pena	927
14.6. Reincidência	928
14.7. Efeitos da interrupção	928
15. Prescrição no concurso de crimes	929
16. Prescrição pela pena em perspectiva (ideal, hipotética ou pela pena virtual)	930
17. Prescrição e detração	932
18. Imprescritibilidade	932
Referências	933
Índice Remissivo	957